



## ATOS ANTIDEMOCRÁTICOS

# Força-tarefa da PGR avalia inquérito da PF

Grupo que auxilia Paulo Gonet será responsável por verificar a consistência das acusações aos suspeitos de tentativa de golpe de Estado

» RENATO SOUZA  
» LUANA PATRIOLINO

A Procuradoria-Geral da República (PGR) vai concentrar seus esforços em dezembro e janeiro na análise do relatório da Polícia Federal sobre a investigação dos atos golpistas que pretendiam impedir a posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O documento, de 884 páginas, será avaliado pelo Grupo Estratégico de Combate aos Atos Antidemocráticos, uma força-tarefa que auxilia o chefe do Ministério Público Federal (MPF), Paulo Gonet.

A expectativa da PGR é que, em fevereiro, seja apresentada a conclusão sobre o caso no âmbito dos atos que cabem ao MP. O órgão poderá oferecer a denúncia contra o ex-presidente Jair Bolsonaro e outros 36 indiciados, o que os levaria ao banco dos réus.

O Supremo Tribunal Federal (STF), que decide se aceita ou não a denúncia, caso seja apresentada por Gonet, entra em recesso em 15 de dezembro e retoma as atividades em 1º de fevereiro.

Nesse período, o ministro Alexandre de Moraes, relator do inquérito, deve continuar trabalhando em regime de plantão. Ele poderá atender a pedidos da PGR, como aprofundamento de investigações, autorizar novas ações policiais e, até mesmo, conceder mais prazo ao órgão.

O analista político Melillo Dinis avalia que o andamento do processo deve se acelerar apenas após o recesso. "Considero que tanto o MPF como o STF, como instituições, adotarão o devido processo legal, respeitarão a ampla defesa e o contraditório, e vão permitir que todos os envolvidos possam explicar a sua visão dos fatos em busca da verdade e de suas consequências", destaca.

A investigação conduzida pela Polícia Federal revelou que o grupo investigado articulou e avançou em um plano com o objetivo de abolir o Estado Democrático de Direito no Brasil. Segundo o relatório, Bolsonaro "tinha (nas ações criminosas) plena consciência e participação ativa". Os investigadores apontaram,

inclusive, que o ex-presidente tinha "domínio dos atos" que estavam sendo executados.

De acordo com a PF, Bolsonaro realizou lives e reuniões para sustentar a narrativa de fraude nas eleições e descredibilizar as urnas eletrônicas. Os desdobramentos do inquérito também colocam o ex-chefe do Executivo como figura central no esquema, como a descoberta de uma minuta golpista que previa a detenção de autoridades como os ministros do Alexandre de Moraes e Gilmar Mendes, além do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco.

"O então presidente da República Jair Bolsonaro teria recebido uma minuta de um decreto, que detalhava diversos 'considerandos' (fundamentos dos atos a serem implementados) quanto a supostas interferências do Poder Judiciário no Poder Executivo e, ao final, decretava a prisão de diversas autoridades", diz a PF no relatório.

O cientista político Elias Tavares ressalta que os fatos narrados no relatório policial representa um dos episódios mais graves da história democrática do Brasil. "Essa investigação marca o início de uma etapa decisiva no processo de responsabilização. Esse é um momento delicado e que exige da PGR uma atuação técnica, responsável e à altura das expectativas da sociedade", afirma.

Segundo ele, o papel da PGR nesse caso vai além de uma formalidade jurídica. "A decisão terá impacto direto na confiança da população nas instituições democráticas e no sistema de Justiça. A eventual denúncia, especialmente contra figuras de destaque político, como o ex-presidente Jair Bolsonaro, sinalizaria que as instituições estão dispostas a atuar com firmeza contra ataques ao Estado", aponta.

### Recesso da Justiça

No período em que as atividades do STF ficam interrompidas, os gabinetes dos ministros podem continuar trabalhando e tomar decisões de urgência nas ações que estão sob suas responsabilidades. Porém, julgamentos realizados no colegiado, ou seja,

Marcos Oliveira/Agência Senado



Paulo Gonet comanda equipe que irá trabalhar no recesso do Judiciário para analisar relatório da Polícia Federal

**Essa investigação marca o início de uma etapa decisiva no processo de responsabilização. Esse é um momento delicado e que exige da PGR uma atuação técnica, responsável e à altura das expectativas da sociedade"**

Elias Tavares, cientista político

tanto nas turmas da Corte quanto nas sessões do plenário, ficam suspensos.

O presidente do Supremo, Luís Roberto Barroso, afirmou que o julgamento do caso deve ocorrer na 1ª Turma do tribunal. "O juízo natural desta matéria é a Primeira Turma. O excepcional seria ir para o plenário. Se o relator e a Primeira Turma decidirem que o caso deve ir para o plenário, vai para o plenário. Mas a competência é deles", disse.

Após apresentação da denúncia pela PGR, quando ela for aceita pelo Judiciário, os investigados passam para a condição de réus em ações penais e o STF pode iniciar as etapas do julgamento. Entre os indiciados pela PF, além de Jair Bolsonaro, estão Ailton Gonçalves, Carlos Cezar Rocha, o

general Estevam Theofilo, Mauro Cezar Cid, Tércio Arnald, Valdemar Costa Neto (presidente do PL) e Paulo Renato Figueiredo Filho. Os acusados podem responder por tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direitos, golpe de Estado e associação criminosa. Somadas, as penas podem superar os 20 anos de cadeia.

Uma das possibilidades é que a PGR apresente uma denúncia conjunta, incluindo outras acusações, como no inquérito da fraude em cartões de vacina de Bolsonaro e parentes ou no da venda das joias sauditas. Outra investigação que deve ser enviada à PGR nos próximos dias é sobre a chamada Abin Paralela, um esquema de espionagem ilegal montado na Agência Brasileira de Inteligência.

## Marinha: vídeo gera polêmica

» EDUARDA ESPOSITO

Na solenidade de troca da Bandeira, na Praça dos Três Poderes, ontem, a Marinha aproveitou a data para lançar o vídeo comemorativo do Dia do Marinheiro (13 de dezembro). A campanha teria como mote "Quer moleza? Vem pra Marinha". Mas o conteúdo foi mudado por ordem do comandante da Força, almirante Marcos Olsen. O slogan foi alterado para "Quer privilégios? Vem pra Marinha".

A ideia era responder críticas de que há benesses nas Forças Armadas que justificam os cortes do pacote de ajuste fiscal. O vídeo, que mostra o árduo dia a dia de treinamentos e missões dos militares da Marinha, dividiu opiniões nas redes sociais. No Facebook, a publicação teve poucos comentários, a maioria, positivos. "Até que enfim, uma resposta!", postou um seguidor. Na rede social X, o efeito foi no sentido contrário, com mais comentários negativos. "A Marinha do Brasil enxerga os civis (que pagam seus salários) como vagabundos?", perguntou um internauta. Outros lembraram que o único comandante a dar apoio ao então presidente Jair Bolsonaro na tentativa de golpe descoberta pela Polícia Federal foi, justamente, o da Marinha, Almir Garnier, um dos indiciados no inquérito enviado ao Supremo Tribunal Federal. "Só confirma o inquérito da PF, que a única força que apoiou o golpe foram vocês", escreveu uma internauta na conta oficial da Marinha.

No YouTube, os comentários foram mais diversificados. "Horível. Inacreditável que alguém do alto comando tenha aprovado algo assim", postou um seguidor. Outros relativizaram: "O privilégio não é para os praças, grande parte do nosso orçamento militar é para pagar pensão para oficiais dos altos escalões", escreveu um internauta.



ROBERTO BRANT

**DIANTE DOS VENTOS CONTRÁRIOS QUE VÊM DE FORA E DA GRANDE DESORGANIZAÇÃO DA ECONOMIA INTERNACIONAL QUE CERTAMENTE OCORRERÁ, O BRASIL PRECISARIA DE UM GOVERNO QUE TIVESSE MENOS APEGO AO PODER E QUE BUSCASSE A TODO O CUSTO UMA PACIFICAÇÃO POLÍTICA VERDADEIRA**

## Ventos contrários em 2025

O Brasil está acostumado a uma vida de dificuldades e de tumulto, mas o que nos espera no ano que vem deve passar bastante das medidas. Para tornar tudo mais difícil, não temos o recurso de um governo com a vontade e o poder de agir à altura dos problemas nem lideranças políticas com a lucidez e a integridade que seriam necessárias.

O primeiro choque a que estaremos expostos vem do exterior. O novo governo dos Estados Unidos vem disposto, e tem o poder para isto, a demolir a ordem internacional liberal e descartar as instituições do multilateralismo, o que tem potencial para transformar o mundo numa selva, onde

só a força e o poder prevalecem.

Apesar de todas as suas imperfeições e assimetrias, o sistema internacional constituído após a Segunda Guerra impediu grandes conflitos generalizados e criou um ambiente de segurança jurídica que permitiu o livre comércio e a globalização. Sua desconstrução sem que haja uma ordem alternativa para o seu lugar vai criar um vácuo institucional que tornará o mundo um lugar mais perigoso, mais vulnerável e mais pobre.

A cooperação, indispensável para se lidar com as mudanças climáticas, as pandemias e os direitos humanos, vai dar lugar à competição, como ideia força a determinar a convivência entre

povos e nações. Num mundo como este, o Brasil não tem como projetar seus interesses e vai ter que se adaptar a uma nova geoeconomia, mesmo a contragosto.

O governo americano vai impor, unilateralmente, tarifas a todas as suas importações, violando as regras do comércio internacional pensosamente construídas em décadas de negociações, com a intenção de barganhar vantagens caso a caso de cada país. Promete taxar em 60% todas as importações provenientes da China, cujo valor em 2024 excedeu a casa dos US\$ 400 bilhões, causando um terremoto às economias da China e dos Estados Unidos, que se tornaram

altamente interdependentes.

Mesmo situado à margem das turbulências econômicas que se anunciam, a desorganização dos mercados e das regras do comércio internacional vão nos expor a grandes desafios. O desvio de comércio da China pode resultar numa invasão de produtos industriais em nosso mercado interno, capaz de abalar nosso parque industrial já tão fragilizado. Como nos defender da China quando ela é responsável por 40% das nossas exportações e é o principal destino das vendas do agronegócio? Seremos capazes de enfrentar toda essa nova realidade com um ambiente interno tão dividido politicamente?

Por falar no plano interno, temos ainda os problemas que nós próprios criamos. O governo Lula

está encaminhando o país para uma crise semelhante a que nos foi legada pelo governo Dilma em termos de endividamento. O populismo fiscal do governo nos seus dois primeiros anos já causou um aumento de 8 pontos percentuais na relação dívida/PIB, de 71,8% em janeiro de 2023 para 80% em dezembro de 2024. As projeções indicam que essa relação estará em torno de 86% no fim de 2026, uma elevação de 14 pontos em um mandato de quatro anos. A busca da popularidade e a ambição de um novo mandato parecem ser os únicos objetivos do governo, mesmo diante dos grandes problemas que estão à nossa frente.

O programa de ajuste fiscal proposto neste fim de semana é quase insignificante diante do tamanho do problema fiscal e

da sua percepção pelos mercados. Apesar disso, o Ministro da Fazenda só pode apresentá-lo com a condição de prometer a isenção do Imposto de Renda até o limite de R\$ 5 mil por mês, o que, em si mesmo, custará mais que os cortes anunciados, ou seja, não há ajuste nenhum.

Diante dos ventos contrários que vêm de fora — e da grande desorganização da economia internacional que certamente ocorrerá —, o Brasil precisaria de um governo que tivesse menos apego ao poder e que buscasse a todo o custo uma pacificação política verdadeira, que nos habilitasse a resistir unidos aos riscos que nos ameaçam e que preservasse nossa economia para um crescimento que se sustente. Apenas vencer eleições é um pobre legado.